Jornal do

Filiado à CUT BRASIL

SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina

Impresso Especial
9912284272/2011-DR/SC
SINTESPE
CORREIOS

Praça. Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Janeiro/Fevereiro 2012 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

Em 2012, luta do servidor público estadual será ainda mais forte

Em 2011, a luta foi pela fixação da data-base e do reajuste anual. Para 2012, a luta será pela reposição das perdas, isonomia das gratificações e revisão da tabela do plano de cargos salários.

No ano passado a direção do SINTESPE impulsionou um calendário intenso de mobilizações em defesa dos servidores públicos e contra as privatizações. No primeiro semestre de 2011, o SINTESPE se posicionou em defesa do plano de saúde dos servidores, realizando reuniões com a direção do SC Saúde e com o Secretário da Administração. Antes do desconto do imposto sindical, efetuado no inicio de fevereiro, o SINTESPE protocolou junto ao procurador do estado e ao judiciário, petição de suspensão do desconto na folha de pagamento dos servidores estaduais, sendo este o mesmo procedimento para 2012. Nosso sindicato, por inúmeras vezes realizou reuniões gerais com os servidores aposentados para levantar as situações de enquadramento, o não cumprimento do reajuste geral para os servidores aposentados por problemas de saúde e a falta de pagamento integral de gratificações.

O SINTESPE estará sempre vigilante para ter assegurado a paridade para ativos e aposentados. Direito nem sempre respeitado pelos governos.

O SINTESPE encampou as reivindicações pelo pagamento integral das gratificações de produtividade e sua extensão e várias destas lutas foram vitoriosas. Para o dia 6 de março de 2012, o SINTESPE agendou reunião com a coordenação de negociação do governo para retomar as discussões da pauta de reivindicações.

A política salarial e a definição da data-base para o reajuste anual foi o ponto central da Campanha Salarial Unificada. Foram realizadas mais de 20 reuniões por local de trabalho na capital e outras dezenas de reuniões nas principais regiões do estado. Com a presença de servidores de diversas cidades do estado ocorreram três Assembleias Gerais e mobilizações em Florianópolis e Chapecó para o lançamento da Campanha Salarial. Nestes encontros foi possível identificar os problemas que estão prejudicando os servidores como: a falta das promoções por tempo de serviço, enquadramento incorreto que prejudica os servidores aposentados de nível superior, congelamento das gratificações incorporadas. Foram levantadas demandas que envolvem problemas de falta de condições de trabalho e necessidade de Concurso Público, para evitar as terceirizações de serviços importantes para a população.

O SINTESPE esteve empenhado em abrir negociações com o governo, fato que acabou se concretizando. Como resultado foi criada a Coordenação de Negociação (CONER) e foi estabelecido em lei da data-base para o reajuste anual (em janeiro de cada ano).

O reajuste parcelado de 8% não contemplou as perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos cinco anos, sendo que neste ponto o SINTESPE pretende ver atendido por meio da revisão dos planos de cargos e da atual tabela salarial.

Confira nas páginas a seguir um retrospecto das ações da diretoria do SINTESPE que terão continuidade em 2012.

Em 2012, luta do servidor públic

imposto sindical

Sintespe tem posição contra o desconto do imposto sindical

A direção do SINTESPE tem uma posição fechada: é contra o imposto sindical. No início de 2011, a direção do Sindicato esteve em audiência com o procurador geral do estado e entregou documento requerendo que o desconto do "imposto sindical" não fosse efetuado. Em resposta o procurador respondeu que o Executivo seguiria o acordo firmado com a Confederação dos Servidores do Brasil.

O SINTESPE ingressou com ação judicial, denunciando o acordo espúrio entre a Procuradoria e a tal Confederação dos Servidores do Brasil. Este "acordo" pode ser colocado em suspeição, já que o Estado deixou de fazer os recursos junto às instâncias do judiciário no 3º grau, aceitando a posição cômoda de jogar a conta nos ombros dos servidores.

Para prejudicar ainda mais os servidores o governo do Estado efetuou o desconto do imposto sindical em 2011, fez o pagamento irregular de 20% do montante para a ilegítima Confederação, sendo que os 80% restante a Procuradoria do Estado orientou que fosse depositado diretamente na conta do Ministério do Trabalho, sem ao menos indicar o nome da entidade sindical de base. Desta forma o SINTESPE esta reafirmando com todas as letras: o dinheiro descontado dos servidores em 2009, 2010 e 2011 é de responsabilidade do governo do Estado e nenhum centavo foi depositado na conta do sindicato.

Agora, em janeiro de 2012, essa ação esteve em pauta no Tribunal de Justiça (TJ), que não acatou pedido de liminar, sendo que a previsão é de no mês de março ocorrer a decisão sobre o mérito para que os valores da contribuição sindical dos servidores não seja descontada, ou, se descontada, que seja corretamente. Se qualquer depósito vier a ser feito na conta do SINTESPE será devolvido integralmente ao servidor.

Reunião no dia 25 de janeiro com o Procurador Nelson Serpa

plano de saúde

Diretoria cobra solução para o Plano de Saúde dos servidores

No inicio do ano passado o SINTESPE realizou reuniões para avaliar a movimentação entre o Estado e a UNIMED para a renovação do contrato do plano SC Saúde. Na época o contrato foi prorrogado por 6 meses. No dia 24/01, a diretoria do SINTESPE se reuniu com o secretário de Estado da Administração Milton Martini no Centro Administrativo para garantir o atendimento aos servidores e familiares vinculados ao SC Saúde.

Foi um momento importante de ação do sindicato, pois existia um clima de intranqüilidade pela insegurança criada com a notícia do fim do contrato com a Unimed que era responsável pelo atendimento do SC Saúde. Em mais uma reunião com o governo, a diretoria do SINTESPE alertou que muitos servidores conveniados são acometidos de doenças que precisam de tratamento continuado o que poderia levar a impetração de uma avalanche de ações judiciais contra o Estado.

Em janeiro de 2012, com a implantação do SC Saúde a diretoria do SINTESPE passou a coletar as reclamações dos servidores com relação a problemas ocorridos no atendimento pelo plano de saúde. Muitos dos relatos que já chegaram ao conhecimento do sindicato necessitam de solução urgente e por isso o SINTESPE está prestando assessoria jurídica aos servidores.

Reunião no dia 24 de janeiro de 2011 com o Secretário Milton Martini

Entre os problemas apontados pelos servidores está o fato do SC Saúde não ter a mesma abrangência de profissionais e especialidades pelo Estado, principalmente no interior. Por isso, o sindicato está acompanhando toda a discussão e monitorando as ações dos gestores do plano.

Mobilizações e reuniões com os servidores

Fatma/Deter

Após quase um ano de expectativas, angústias, manifestações e muita pressão, em setembro, finalmente o governo regularizou a legislação que institui as gratificações de produtividade para os servidores do FATMA e DETER.

Os servidores da FATMA foram os que mais se mobilizaram, sempre com o apoio da Associação e do SINTESPE. Não foram poucas as manifestações em frente ao Palácio do governo do estado, na Assembleia Legislativa e em frente a Instituição, onde por quase 60 dias ininterruptos foram feitas reuniões e vigília e pressão que culminaram com a elaboração de uma nova lei que permitiu a garantia não só da regularização como também a perspectiva de avanços, finalmente conquistados.

Mobilização no prédio da Fatma

No DETER, a mobilização dos servidores começou tarde, quando os projetos de leis já estavam em fase final de redação, todavia os servidores também conseguiram a retroatividade da lei e o pagamento dos atrasados.

Deinfra

Na reunião com o presidente do Deinfra, o SINTESPE, ASDER e ASDEOH apresentaram reivindicação pleiteando a incidência da atual gratificação sobre o vencimento correspondente a referência e ao nível em que se encontra o servidor do DEINFRA na tabela. Desde a implantação da Lei 15.158/2010, o DEINFRA paga a gratificação com base no vencimento inicial de cada categoria funcional, sem levar em consideração a descompactação da tabela de vencimento. Está congelado ainda o valor da gratificação originaria de incorporações de funções. O SINTESPE defende o reajuste das gratificações proporcional ao aumento do vencimento do servidor. Depois de aguardar por mais de seis meses uma resposta da direção do DEINFRA, o SINTESPE já prepara, para março, duas ações na justiça pleiteando o reajuste da gratificação de produtividade e do valor das gratificação (VP ou Vantagem Pessoal). Por último, o sindicato registra que continua a defender a isonomia da gratificação com o valor pago aos servidores da Fazenda.

Educação

Pressão dos servidores na Assembleia Legislativa

Em 2011, o SINTESPE realizou inúmeras reuniões, encontros, concentrações e manifestações dos servidores ocupantes do cargo de Analista Tecnicos em Gestão Educacional em frente a sede da Secretaria da Educação e na Assembleia Legislativa.

Com a mobilização dos servidores e a pressão do sindicato, já no apagar das luzes, foi possível arrancar do governo do estado, o compromisso, em documento assinado pelo coordenador executivo do CONER, de retorno a mesa de negociação no mês de março, para dar solução à situação dos Analistas Técnicos da Educação que não recebem a gratificação de produtividade.

Em protocolo de intenções a CONER assegurou que neste período irá realizar estudos técnicos acerca da extensão da gratificação aos servidores do quadro civil da Educação, lotados nas unidades escolares. Além disso, será constituído um grupo de trabalho, com a participação de representantes da CONER e do SINTESPE, para produzir um relatório técnico que será encaminhado ao Grupo Gestor do governo.

A primeira reunião está agendada para o dia 6 de março de 2012, às 15 horas. O SINTESPE deverá convocar uma assembleia dos servidores da Educação para o final de março para avaliação das negociações realizadas.

Imetro/SC

Servidores do Imetro ocuparam a galeria no entorno do plenário da Assembleia Legislativa do Estado

Em julho do ano passado a diretoria do SINTESPE realizou reuniões com o presidente do Imetro/SC, Luiz Carlos Silva. Foi acertado o envio para ALESC do projeto de ajuste da gratificação dos servidores do Imetro/SC. O SINTESPE solicitou a complementação do vale-alimentação conforme o valor estipulado no Edital 001/2006, o chamado dos concursados e a continuidade da elaboração do Plano de Cargos e Salários. Os servidores do Imetro intensificaram as mobilizações com paralisações e participaram da caravana para Florianópolis no mês de novembro. Depois de muita pressão finalmente obtiveram a garantia do pagamento da gratificação de produtividade, isso depois do projeto de lei ter ficado engavetado por seis meses.

co estadual será ainda mais forte

encontro organizações sociais

Defesa dos serviços públicos e a luta pela revogação da lei das OSs

Os jornais dão conta dos escândalos envolvendo Ong's (Organizações Não Governamentais) que assinam contratos com o poder público, recebem vultuosas somas de dinheiro, não prestam contas e desviam o dinheiro público. Além das Ong's, também existem a OS's que são as ditas Organizações Sociais, criadas ou normatizadas por leis no governo Fernando Henrique.

A Lei das OS's visa permitir uma privatização disfarçada para diversos setores do serviço público onde o mercado tem interesse se for para administrar (hospitais, laboratórios, escolas, penitenciárias, setores da cultura e infraestrutura, etc). Neste caso o desvio de dinheiro público é constatado a toda hora em várias partes do país, em todas as esferas do governo.

Para impulsionar a luta na defesa dos serviços públicos e pela revogação do Lei das Organizações Sociais, o SINTESPE promoveu o Iº Encontro Nacional, reunindo dezenas de entidades sindicais, associais de moradores e parlamentares, com representações vindas de 6 estados brasileiros.

O Encontro ocorrido no dia 23 de julho de 2011, foi fundamental para combater a iniciativa de governos estaduais e municipais, que a pretexto de uma política de "cortes de gastos", repassa os serviços públicos ao controle privado de Organizações Sociais (OS's). Um dos alvos prediletos da privatização tem sido a saúde pública, mas os exemplos estão em todos os setores.

23 de julho: Encontro em Florianópolis aprova carta com abaixo-assinado destinado a presidenta Dilma Rousseff pedindo a revogação da lei das OS´s

Em dezembro de 2011, quando da realização da Conferência Nacional da Saúde, uma comissão representando os participante do Encontro em Florianópolis, entregou ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, uma carta dirigida a presidente Dilma contendo um dossiê que relata ao Governo Federal os problemas causados pela vigência da lei.

A carta pede a presidenta o envio de projeto de lei para revogar a Lei das Organizações Sociais. O Ministro se comprometeu em receber a comissão novamente no primeiro trimestre de 2012, quando serão tomadas novas iniciativas, visando combater a privatização disfarçada dos serviços públicos e de maneira especial o setor da saúde pelo grande volume de recursos que movimenta.

Contra a privatização do sistema prisional

Foram realizadas várias reuniões nos locais de trabalho com a categoria da Secretaria da Justiça e Cidadania

Os agentes prisionais e sócio-educativos se depararam com uma situação inusitada desde o início do ano passado: o Centro Educacional São Lucas, localizado em São José, foi interditado e demolido. Restou para os servidores do PLIAT atender o que não era possível, pelas péssimas condições de trabalho e pelas contradições da direção que não assumiu as normas que queria ver implantada na instituição. Somente depois de meses do atual governo foi criada a Secretaria da Justiça e Cidadania. Até a presente data pouca coisa evoluiu no setor.

No dia 28 de setembro, com o apoio de associações dos agentes penitenciários da região sul e da penitenciária São Pedro de Alcântara, foi realizado um ato em Tubarão em frente do novo presídio regional, e diversas reuniões nos locais de trabalho por todo o estado, para marcar o posicionamento contrário a iniciativa do governo Colombo que contratou empresa prestadora de serviço em substituição ao Concurso Público. Inúmeras reuniões foram realizadas por local de trabalho visando levantar situações que caracterizam o assédio moral contra os servidores, falta de condições de trabalho, dentre outros.

No transcorrer do ano passado ocorreu a regulamentação da progressão por graduação e os abonos estão sendo incorporados pelos agentes. Entretanto, os servidores ocupantes de cargos técnicos e administrativos continuam a amargar uma tabela de vencimento vergonhosa.

SINTESPE reúne aposentados para discutir reivindicações

Foram realizadas reuniões com os servidores aposentados para integrá-los a Campanha Salarial que teve como centro a definição da data-base para o reajuste anual dos servidores estaduais. Neste sentido foi aprovado que o SINTESPE passaria a defender a gratificação compensatória em valor equivalente ao vale alimentação paga aos servidores da ativa.

SINTESPE presta orientação jurídica aos aposentados

Em outubro do ano passado, o SINTESPE constituiu uma comissão que foi a Brasília, participar da mobilização pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional que tramita no Congresso Nacional e que visa assegurar a paridade de reajuste para os servidores aposentados por problema de saúde.

Administrativos (SSP/SJC) cobram revisão do plano e extensão da gratificação

Na tarde do dia 12/12, aconteceu no SINTESPE reunião com os servidores administrativos e do corpo técnico das Secretárias de Justiça e Cidadania e Segurança Pública que ficaram de fora do Projeto de Lei 048.1, que incorpora abonos da Segurança. Como encaminhamento, os servidores decidiram entregar aos Secretários da SJC e SSP ofício relatando a situação da categoria para pedir o apoio e empenho dos mesmos na busca dos meios para ver corrigido a falha, de maneira a contemplar a incorporação dos abonos salariais, previstos na Lei nº 13.617/2005, no valor de R$ 250,00, bem como, na Lei nº 15.173/2010, no valor de R$ 300,00, no corpo do Projeto de Lei nº 0048.1/2011.

Reunião no auditório do SINTESPE no dia 12 de dezembro

Foram protocolados requerimentos visando regularizar o pagamento da gratificação de produtividade aos servidores lotados na Segurança, mas integram o quadro civil da administração direta. Na segunda quinzena de março de 2012, o SINTESPE reunirá os servidores para os encaminhamentos administrativos e judiciais que se fizerem necessários.

retrospectiva da luta dos servidores

2011: Mobilização, negociação e política salarial

Com a galeria ocupada pelos servidores o presidente do SINTESPE externou aos parlamentares as reivinidicações da categoria

A partir do segundo semestre do ano passado o SINTESPE intensificou as reuniões por locais de trabalho onde foram levantadas as principais reivindicações que passariam a integrar a Campanha Salarial Unificada de 2011.

Em junho, a diretoria do SINTESPE reuniu-se com o secretário da Administração, Milton Martini, para entregar da pauta de reivindicações da categoria. Desde o início, a principal bandeira foi a fixação da data-base para o reajuste anual. Paralelo a discussão das reivindicações gerais, o SINTESPE impulsionou mobilizações especificas que buscaram corrigir injustiças e aplicar direitos.

A primeira Assembleia Geral convocada pelo SINTSPE ocorreu no dia 22 de setembro, quando foi aprovado um calendário de mobilização da categoria com a formação de um Comando Unificado de Negociações, aberto a participação de associações e de servidores de todos os setores. No dia 26 de setembro, o SINTESPE voltou a ser recebido em audiência pelo Secretário de Administração Milton Martini, que se comprometeu a dar resposta as questões gerais e manter as conversações em aberto.

No dia 5 de outubro, em Florianópolis, na sede do DEINFRA/DETER foi realizada a primeira manifestação de lançamento da Campanha Salarial Unificada dos servidores públicos estaduais. Na cidade de Chapecó o SINTESPE reuniu os servidores da região para também reforçar a luta pelas reivindicações. A partir destes atos, com o apoio de várias associações de servidores, foi intensificado as reuniões por locais de trabalho, que se repetiram nos meses seguintes.

Em sequência as atividades de mobilização dos servidores estaduais, o SINTESPE realizou a segunda Assembleia Geral no dia 26/10. Nesta Assembleia, a diretoria relatou o resultado da terceira reunião que havia ocorrido um dia antes com o secretário da administração quando foi oficializada a Coordenadoria Executiva de Negociação e Relações Funcionais para tratar das reivindicações com o SINTESPE. A diretoria do sindicato foi informada de que o governo estaria definindo o reajuste e a política salarial para os servidores.

Em nova Assembleia Geral, realizada no dia 23 de novembro, desta vez dentro da Assembleia Legislativa do Estado, a categoria analisou a proposta do governo de reajuste de 8% parcelado em duas vezes (4% em janeiro e 4% em maio de 2012), fixação da data-base em janeiro de cada ano para os reajustes gerais, incorporações de abonos para agentes, policiais civis e militares, aumento do auxilio alimentação. Ficou decidido que o SINTESPE apresentaria aos deputados estaduais emendas aos projetos de leis do Executivo, buscando o pagamento integral do reajuste de 8%, a extensão o auxilio alimentação aos aposentados e antecipação da incorporação dos abonos de todos os servidores civis e militares.

No dia 29/11, o presidente do SINTESPE, da tribuna da Assembleia Legislativa, apresentou aos deputados estaduais a posição do sindicato pedindo o apoio para as emendas aos projetos de lei em análise. Também neste dia, os servidores do IMETRO e da Educação participaram em massa das atividades quando dois representantes expuseram aos parlamentes o que é viver só com o salário base, sem qualquer vantagem, abono ou gratificação de produtividade. No transcorrer da discussão dos projetos as emendas foram apresentadas e votadas, sendo rejeitadas pela maioria dos votos.

No dia 6 de dezembro a diretoria do SINTESPE realizou reunião com o coordenador Décio Augusto Bacedo, membro da CONER - Coordenadoria de Negociação, que comunicou a decisão do governo Colombo de não evoluir no atendimento de outras reivindicações. Ficou acordo a retomada das conversações para o dia 6 de março de 2012.

AGENDA 2012

Confira os principais compromissos da diretoria do SINTESPE para fevereiro e março:

28 e 29/02 - Planejamento da direção estadual do SINTESPE

05/03 - Reunião preparatória com a Comissão de Servidores da Educação e SINTESPE.

06/03 - Reunião do SINTESPE com a Coordenadoria de Negociação do Governo (CONER)

Sindicato do Trabalhadores do Serviço Público Estadual de SC - *Publicação oficial que expressa a posição da Diretoria Executiva do SINTESPE* ***Sede****: Pça. Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC / CEP 88020-090* ***Fone / Fax:*** *(48) 3223 6097 (sintespe@sintespe.org.br / www.sintespe.org.br)* ***- Delegacia Criciúma:*** *(48) 9946-5936* ***- Delegacia Chapecó*** (49) 33238638 delchapeco@sintespe.org.br ***- Delegacia de Joinville:*** (49) 30265934 joinville@sintespe.org.br, ***Delegacia Lages:*** *(49) 3229 0023 delages@sintespe.org.br -* ***Impressão:*** *DC* ***- Tiragem:*** *14 mil exemplares* ***- Distribuição*** *gratuita e dirigida*